

## O CUIDAR E O PROTEGER COMO ESTRATÉGIAS DE SILENCIAMENTO E NORMALIZAÇÃO DOS CORPOS INFANTIS

### GT 21: GÊNEROS E SEXUALIDADES NAS INFÂNCIAS

Érica Correia do Espírito Santo<sup>1</sup>  
Vilma Nonato de Brício<sup>2</sup>

**RESUMO:** Os corpos infantis estão constantemente sob o olhar vigilante dos adultos, diversas estratégias de disciplinamento são investidas sobre os mesmos, em uma vigilância constante sobre aquilo que as crianças estão vendo/lendo/ouvindo/fazendo, e negando as mesmas, por meio do silenciamento, o acesso a determinadas informações. Com isso, objetiva-se fazer uma análise dos discursos do cuidar e proteger produzidos para a infância, tendo como principal aporte teórico metodológico Michel Foucault, a fim de interrogar o dito e o não dito as crianças. O discurso do proteger e cuidar pelos silêncios constitui ferramenta de manutenção das violências que sofrem corpos LGBTIA+, com isso negam as crianças e adolescentes conhecimentos básicos sobre si mesmos, seus corpos e sobre o mundo ao seu redor.

**Palavras-chave:** Silenciamento, infâncias, processos identitários.

#### Considerações iniciais

Os corpos infantis estão constantemente sob o olhar vigilante dos adultos, diversas estratégias de disciplinamento são investidas sobre os mesmos, modificando-se de acordo com lugares/tempos diferentes que possuem também diferentes concepções de infâncias e de expectativas sobre as crianças, os silenciamentos constituem-se enquanto uma dessas estratégias, e negam a elas o acesso a determinadas informações. A educação das crianças é, segundo a Constituição Federal (1988), dever do Estado, da família e da escola, porém em tempos de governos e políticas ultraconservadoras, há investidas cada vez maiores do Estado e de famílias em não traçar com as crianças diálogos sobre gênero e sexualidade, e em não permitir que a escola também o faça.

Na atualidade brasileira, praticamente toda a produção discursiva sobre a educação, tais como leis, decretos, currículos, decisões regulamentares, medidas administrativas, enunciados morais tentam silenciar a discussão de gênero e sexualidade na escola. Nas políticas públicas em educação desde 2015, as questões de gênero e sexualidade foram silenciadas, em uma tentativa de apagamento das lutas contra a homofobia, o machismo, o feminicídio, o abuso e assédio sexual.

Entretanto segundo Foucault (1988), apesar de se falar desde a época vitoriana do silenciamento do sexo é preciso “[...] interrogar o caso de uma sociedade que desde há mais

<sup>1</sup> Discente do Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação e Ciências Sociais (FAECS), UFPA/Abaetetuba. Bolsista PIBIC. Integrante do Grupo Experimentações. [ericacorreia44@yahoo.com](mailto:ericacorreia44@yahoo.com).

<sup>2</sup> Professora Doutora da Universidade Federal do Pará/UFPA. Professora do Programa de Pós-graduação em Cidades, Territórios e Identidades (PPGCITI). Líder do Grupo Experimentações: Grupo de Estudos e Pesquisas em Currículo, Subjetividade e Sexualidade na Educação Básica, UFPA, Abaetetuba, Pará, Brasil. [vilma@ufpa.br](mailto:vilma@ufpa.br)

de um século se fustiga ruidosamente por sua hipocrisia, fala prolixamente de seu próprio silêncio, obstina-se em detalhar o que não diz, denuncia os poderes que exerce e promete liberar-se das leis que a fazem funcionar” (FOUCAULT, 1988 p. 13).

Nesse sentido, a vigilância, através do discurso do cuidar e do proteger, daquilo que as crianças podem estar vendo/lendo/ouvindo nunca foi tão imperativa. Portanto refletir sobre o que ou de quem as crianças precisariam ser protegidas, é essencial para compreender a concepção de infância e de sociedade que se tem. Uma análise um pouco mais aprofundada do que é temido, do que gera preocupações acabam refletindo diversas discriminações e preconceitos que se inscrevem enquanto parte da constituição dos processos identitários dos pequenos.

Pretende-se problematizar os discursos que legitimam a negação de determinados conhecimentos as crianças, como entender seu próprio corpo, principalmente regiões íntimas e o entendimento de pessoas LGBTIA+ enquanto sujeitos legítimos e de direitos. Por meio de discurso que gira em torno de palavras como preocupação e cuidado em seu sentido conservador usadas para sustentar preconceitos, LGBTfobias, em nome de uma moralidade que marginaliza, que desrespeita, que invisibiliza, e como isso ocorre em um contexto que as mídias sociais disponibilizam diversos conteúdos que de uma maneira ou de outra chegam as crianças.

Para tanto, objetiva-se fazer uma análise dos discursos do cuidar e proteger produzidos para a infância, tendo como principal aporte teórico metodológico Michel Foucault, afim de interrogar o dito e o não dito as crianças, entendendo que elas são produzidas, enquanto sujeitos históricos e sociais, também pelos silêncios, talvez principalmente por eles. O silêncio faz falar, ainda que seja afim de constituir um arcabouço de conhecimentos que controle, mas culmina, igualmente em estratégias de resistência, que são inerentes a invertidas de poder, pois “Os discursos, como os silêncios, nem são submetidos de uma vez por todas ao poder, nem opostos a ele” (FOUCAULT, 1988, p. 95).

Evoca-se o conceito de gênero entendido aqui como categorias socialmente construídas baseadas nas distinções entre os sexos (SCOTT, 1995), com isso rejeita-se a ideia de um determinismo biológico, mas considera-se o corpo enquanto algo culturalmente produzido, os conhecimentos, silêncios e investimento sobre ele são desenvolvidos no interior das culturas e por isso intrínsecos a ela. A sexualidade também é compreendida como composição histórica, social e cultural dos desejos e dos prazeres, sendo divididas como ilegítimas e marcadas em contraposição as legitimadas e por isso invisíveis, por meio de jogos de poder que marginalizam (LOURO, 2000).

### **Alguns encaminhamentos: problematizando o cuidar e o proteger**

O silenciamento é socialmente utilizado como uma suposta estratégia de cuidado e proteção da inocência de crianças; o que é considerado perverso, imoral, perigoso não pode ser mencionado, conhecido ou visto. Isso é muito paradoxal quando se pensa que vivemos numa sociedade que faz seus filhos/as dormirem cantando ameaças sobre a cuca vir pegar e o bicho papão à espreita no telhado e uma sociedade que pratica a “necropolítica”, em que o Estado possui “licença pra matar” em prol de um discurso de ordem. Pelo que parece há algo muito mais perigoso e assustador lá fora, que seria a descoberta sobre as diversas formas de entender e viver as identidades de gênero e sexualidade, considerado uma ameaça a família tradicional e aos privilégios de acesso a bens e direitos sociais de certos grupos.

Segundo o Dicionário da Academia Brasileira de Letras (2011) o termo cuidar refere-se a assumir responsabilidade por alguma coisa, ter preocupação, enquanto proteger significa defender, preservar. O que há de tão perigoso nas discussões sobre as relações de gênero e sexualidade que as crianças e adolescentes precisam com urgência serem protegidas, preservadas? Tomando como ameaça qualquer expressão que se refere a vivências de gênero e sexualidade fora da norma, seja na arte, nas redes sociais ou em qualquer lugar público onde pode haver presença de crianças e adolescentes? De acordo com Louro:

A evidência da sexualidade na mídia, nas roupas, nos shopping centers, nas músicas, nos programas de TV, e em outras múltiplas situações experimentadas pelas crianças e adolescentes vem alimentando o que alguns chamam de ‘pânico moral’. No centro das preocupações estão os pequenos. Paradoxalmente, crianças são ameaçadas por tudo isso e, ao mesmo tempo, consideradas muito ‘sabidas’ e, então, ‘perigosas’, pois passam a conhecer e a fazer, muito cedo, coisas demais (LOURO, 2021, p. 32).

O discurso do proteger e cuidar pelos silêncios, instituído também por uma suposta defesa da moralidade baseada na religião cristã, constitui ferramenta de manutenção da discriminação e violências que sofrem corpos LGBTIA+, como prática de normalização dos corpos, gêneros e sexualidade. As crianças são sujeitos alvos dessas investidas porque discriminações são construídas social e culturalmente, nas relações de poder que hierarquizam os sujeitos e suas identidades, e elas como novos membros das sociedades necessitam aprender sobre suas práticas afim de garantir sua manutenção. Assim como, normalizar vivências de indivíduos com identidades de gênero e sexualidade fora da norma, seria sinalizar para elas essa possibilidade de existência.

No artigo “Curiosidade, sexualidade e currículo”, Britzman (2021, p. 119) questiona: “[...] as discussões sobre a homossexualidade não seria o primeiro passo para o recrutamento

da sexualidade? A educação causa sexo?” são nesses questionamentos que estão materializados os medos de uma sociedade conservadora, a educação sexual é considerada um assunto polêmico porque seria um incentivo para que adolescentes e crianças fizessem sexo precocemente. Da mesma forma que, falar sobre o sexo o traria à tona, aqui refiro-me a sexo enquanto característica física de um corpo, nesse sentido, não falar dele seria descorporificar as crianças e adolescentes, através de discursos que sustentam que a escola é lugar de trabalhar a mente, mas esta não existe sem um corpo.

[...] a sexualidade deverá ser adiada para depois da escola, para a vida adulta. É preciso manter a ‘inocência’ e a ‘pureza das crianças (e, se possível dos adolescentes), ainda que isso implique o silenciamento e a negação da curiosidade e dos saberes infantis e juvenis sobre as identidades, as fantasias e as práticas sexuais. (LOURO, 2021, p. 31-32)

Ainda que ocorra por meio de um discurso de proteção e cuidado, descorporificar as crianças pode sujeitá-las a muitos perigos, seja fisicamente facilitando a ação de abusadores, seja na constituição de seus processos identitários, já que as diferenças e significados sobre os corpos são construídas e lidas socialmente, é uma produção social da diferença (SILVA, 2014), por meio de redes de forças e relações de poder. Dessa maneira, a forma como meninos e meninas são vistos na sociedade, suas vivências, suas brincadeiras e experiências são influenciadas por essas construções que se pretende deixar de fora de seu conhecimento.

A afirmação da identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo dos diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais. A identidade e a diferença estão, pois, em estreita conexão com as relações de poder. O poder de definir a identidade e de marcar a diferença não pode ser separado das relações mais amplas de poder. A identidade e a diferença não são, nunca, inocentes (SILVA, 2014, p. 81).

Dessa forma, espaços que buscam tratar dessas questões tendem a chamar a sua atenção, como Foucault (1998) aponta em A história da sexualidade I: a vontade de saber, a repressão faz falar, quanto maiores forem as investidas da sociedade em silenciar o sexo, os processos identitários de gênero e sexualidade, mais crianças e adolescentes vão desenvolver estratégias para conhece-los e compreende-los, o silêncio gera curiosidade, o que o autor denomina de “saber sobre o prazer” e o “prazer de saber”. Curiosidade que acaba se manifestando em outros espaços quando a casa e a escola se constituem como lugares repressores.

Partindo das análises feitas por Britzman (2021) sobre uma “educação do corpo que viaja” os corpos se movimentam e vivem suas sexualidades de forma diferente em diferentes lugares, e pensando nesses espaços como físicos ou digitais, isso ocorre também porque os diversos tempos espaços, permeado pelas culturas farão leituras diferentes sobre esses corpos.

No caso das crianças e adolescentes, visto em diversos espaços como sujeitos assexuais, na escola e no âmbito familiar, por exemplo, desenvolve-se a necessidade de procurar espaços que se possa pensar em si mesmo enquanto sujeitos providos de um sexo e buscar compreender o que envolve esse sexo.

Porém em tempos de mídias sociais esse controle sobre os corpos infantis é ameaçado pela gama de informações disponíveis nas redes, e ao mesmo tempo ele se transforma, ou melhor, é transformado de acordo com as novas configurações e suas demandas. A vigilância se estende a outros espaços/tempos, a obras e personagens, e qualquer conteúdo midiático que represente uma ameaça ao status quo existente, que tem como padrão o homem heterossexual, branco, de classe média, cristão e adulto. Esse hipercontrole sobre os corpos infantis e sobre as informações que podem chegar até eles vê como perigoso qualquer conteúdo/ação que poderia desviá-los da heterossexualidade considerada natural, a esse respeito Louro afirma:

Aparentemente supõe-se que todos os sujeitos tenham uma inclinação inata para eleger como objeto de seu desejo, como parceiro de seus afetos e de seus jogos sexuais alguém do sexo oposto. Conseqüentemente, as outras formas de sexualidade são constituídas como antinaturais, peculiares e anormais. É curioso observar, no entanto, o quanto essa inclinação, tida como inata e natural, é alvo da mais meticulosa, continuada e intensa vigilância, bem como do mais diligente investimento (LOURO, 2021, p. 19).

As redes sociais e a internet de forma mais geral são vistas como um obstáculo quanto a isso, para quem tem acesso a ela não depende mais de professores ou pais apresentarem determinadas temáticas, tudo pode ser descoberto, conhecido sozinho. Logo, o controle dos corpos infantis, que estava de certa forma, restrito ao ambiente familiar e da escola, agora não mais, diversas informações e conteúdos estão sempre disponíveis em qualquer tempo e lugar. Lembrando que existem perigos quanto ao uso de telas e da internet por crianças e adolescentes que precisam ser considerados.

### **Considerações finais**

A sociedade que tem em suas bases organizacionais relações extremamente generificadas e sexualizadas espera que a infância e adolescência desconheça esse aspecto fundamental de suas estruturas. A despeito realmente de uma proteção e cuidado com a inocência e o bem estar das crianças, esse projeto tem objetivos pouco relacionados com a infância, trata-se antes demais nada da manutenção e garantia de privilégios de grupos e ideias que se pretendem hegemônicos e que se utilizam dos silêncios com o intuito de negar as



multiplicidades, buscam, em vez disso, homogeneizar e normatizar os sujeitos e suas identidades.

Com isso escolas, famílias, estado, igrejas outras instituições negam as crianças e adolescentes conhecimentos básicas sobre si mesmos, seus corpos e sobre o mundo ao seu redor, que é múltiplo, diverso e está em constante transformação, da mesma forma, que garantem a manutenção de discursos e práticas machistas, preconceituosas, LGBTfóbicas, que violentam pessoas e seus corpos, precarizando acessos a bens e serviços, e a própria existência desses sujeitos. Por meio de um processo homogeneizador que desumaniza, que negligencia propositalmente. Entretanto, esse não é um investimento feito sobre corpos passivos, os sujeitos que sofrem essas investidas de poder têm capacidade de agência e a exercem, criam estratégias de resistências e resistem.

## Referências

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília-DF, Senado Federal, 1988. Disponível em <https://www2.senado.leg.br>

BRITZMAN, Debora. Curiosidade, sexualidade e currículo. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 4ª ed., 3ª reim. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. p. 105-142.

BECHARA, Evanildo (Org.). **Dicionário Escolar da Academia Brasileira de Letras: língua portuguesa**. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 2011.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

LOURO, Guacira Lopes. Corpo, escola e identidade. **Educação & Realidade**, v. 25, n. 2jul./dez., 2000, p. 59-76.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, história e educação: construção e desconstrução. **Educação & Realidade**. V. 20, n. 2, p. 101-132, jul./dez. 1995.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 4ª ed., 3ª reim. Belo Horizonte, Autêntica, 2021, p. 07-42.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p 69-99, jul/dez, 1995.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 15 ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2014, p. 73-102.